

TOMAR A PALAVRA ASPECTOS DE VIDA DA MULHER NA SOCIEDADE BARROCA

Ana Hatherly

Recentemente, ao elaborar um extenso artigo para a *História da Vida Privada e do Quotidiano em Portugal*¹, tive ocasião de me debruçar sobre a situação da mulher no período barroco, quer no ambiente familiar quer no convento.

A situação da mulher nesse período, que em Portugal abrange todo o século XVII e metade do XVIII, não foi ainda estudada cabalmente, e as informações de que dispomos hoje são dispersas e por vezes confusas, mas começam já a surgir os primeiros estudos sistemáticos². Aliás, em toda a Europa, começaram agora a aparecer numerosas obras dedicadas a este assunto, de entre as quais destacarei aqui apenas *História das Mulheres* de Georges Duby e Michelle Perrot³ e *A Mulher do Renascimento*, de Margaret L. King⁴ que, porém, não se referem à situação da mulher em Portugal.

Quando se aborda a questão do papel da mulher na sociedade,

¹ Lisboa, Editorial Presença, 1995 (no prelo).

² A este respeito é elucidativa a Bibliografia publicada pela Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, de Lisboa.

³ Lisboa, Edições Afrontamento, 1993.

⁴ Lisboa, Editorial Presença, 1994.

especialmente no passado – mas ainda bastante na actualidade – é sempre posto em destaque o papel que ela desempenha na família, pois a vida da mulher está ligada à vida doméstica: – filha, mãe, esposa, enfermeira, governanta, reprodutora – o seu mundo é a casa, a sua ocupação – dir-se-ia mesmo, a sua profissão – é a família, o seu universo o da intimidade quotidiana.

Mas esta visão é obviamente demasiado estreita, e no período barroco a mulher não desempenha apenas esse papel na sociedade: ela é também *heroína*: dama ou cortesã, intelectual, artista, mística ou até santa, demonstra por vezes a sua capacidade de afirmação pessoal e mesmo uma espécie de proto-consciência-de-classe, antecipando claramente o feminismo moderno.

Para essas, como se acentua na já referida *História das Mulheres*, um dos aspectos dominantes é *o modo como tomaram a palavra*, como falaram, leram, escreveram e publicaram, projectando a sua imagem na sociedade do seu tempo.

Nesta apreciação do comportamento da mulher temos de ter em mente as duas grandes áreas em que estava dividida a sociedade de então: de um lado os seculares, de outro os religiosos. No que diz respeito a Portugal – mas também à Espanha e à Itália – o número de religiosos e religiosas era elevadíssimo nos séculos XVII e XVIII. No século XVII, só em Lisboa havia 26 conventos masculinos e 15 femininos, e Tirso de Molina, em *El Burlador de Sevilla*, de 1630, diz que no Mosteiro de Odivelas, havia mais de 1200 freiras e beatas⁵.

Este excesso de religiosos, considerado como tal já na sua época, conduziu às irregularidades de comportamento moral, que duramente estigmatizam uma época, geralmente considerada como uma das mais intensamente religiosas.

Uma outra grande divisória social era a que dizia respeito à instrução, que era prerrogativa de religiosos, nobres e burgueses endinheirados. Porém, se dentro da classe dos religiosos a instrução era uma necessidade, pois desempenhava um papel importante no ensino e na missionação, para os nobres a instrução não era uma tão premente necessidade, e se entre os nobres houve muitos e ilustres letrados, também os houve fortemente iletrados. O povo, esse, era simplesmente analfabeto. Para o povo, a transmissão da cultura era feita por via oral.

Neste quadro social tão nitidamente estratificado, qual era a situação da mulher? Se fosse nebre ou rica, poderia ter acesso ao ensi-

⁵ Ana Hatherly, *Hist. do Quot.*, ob. cit.

no e à cultura – dependendo dos interesses da sua família e da sua capacidade intelectual. Se fosse religiosa, poderia ser mais ou menos instruída, mas se fosse instruída poderia aceder aos mais altos cargos dentro da hierarquia do seu convento e da sua Ordem. Em qualquer dos casos, a sua instrução era controlada, ou pela família civil, dominada pelo pai, ou pela comunidade religiosa, dominada pelos preceitos da religião e da sua Ordem, etc. Como disse Margaret King, «*o monaquismo é a história do aprisionamento da mulher*» (p. 96).

O elevado número de religiosos e religiosas que se verificou em Portugal nos séculos XVII e XVIII, tinha uma origem social, ditada pelas leis do morgadio, pela crise económica derivada do expansionismo colonial, pelas prolongadas guerras da independência, pela escassez de produção e de recursos naturais, etc. Por todos esses motivos e por vários outros, o convento era uma saída para numerosos problemas. A vida religiosa era realmente *uma carreira*, que homens e mulheres abraçavam por vocação, por necessidade ou por imposição da família ou de circunstâncias várias de natureza adversa. Era *uma profissão* que garantia protecção e prestígio, desde que se cumprissem as regras.

A repressão das faltas cometidas, nomeadamente de ordem sexual, poderia ser muito severa, como no caso do *pecado nefando*, para os homens, mas também poderia ser muito branda, no caso da manice entre as mulheres, que teve mesmo um defensor no Visconde da Asseca, como já tive ocasião de demonstrar um estudo publicado em 1989⁶.

No que diz respeito às mulheres, a vida no convento parece ter sido, em muitos casos, uma melhor opção do que a vida em família, e sobretudo no matrimónio, dada a singular prepotência de muitos maridos que, abusando dos direitos que a lei e o costume lhes concediam, maltratavam e até matavam as esposas com a maior impunidade.

A esse respeito são elucidativas as observações de alguns estrangeiros letrados que visitaram Portugal nos séculos XVII e XVIII, que nos seus escritos põem em destaque a vida de clausura que as mulheres casadas levavam, sempre fechadas em casa e ameaçadas pelos ciúmes dos maridos, que não lhes consentiam que convivessem com nenhuns homens, mesmo que fossem da sua família. A única excepção era o confessor – daí talvez os muitos casos de adultério com religiosos, que esse contacto único e supremamente íntimo permitia.

Um desses forasteiro que visitaram Lisboa em 1730 escreve: A

⁶ Ana Hatherly, *Defesa e Condenação da Manice*, Lisboa, Quimera, 1989.

mulher vive de tal forma enclausurada «*que é vulgar haver simples mercadores com capela em casa e missa privada, a fim de não darem a suas mulheres e filhas o único pretexto que podem ter para pôr o pé na rua.*» Porém as mulheres encontram maneiras de subverter essa repressão. Escreve o mesmo forasteiro anónimo: «*Em Lisboa, as mulheres só se podem ver no caminho que medeia entre a casa e a igreja, ou então na igreja, onde ocupam a nave, separadas dos homens. Isso, porém, não impede que os sinais e a linguagem pelos dedos não substitua a palavra. Estes sinais fazem-se de parte a parte, de uma maneira tão subtil e tão prudente que um estranho, sem conhecimento deste costume, juraria que os dois dialogantes não haviam trocado uma palavra.*»

Mas havia também momentos de desforra, como informa o mesmo cronista: «*A mulher lisbonense aguarda as procissões da quaresma com grande impaciência, porque nesta ocasião lhe é permitido sair para a rua a fim de assistir às cerimónias. Aquelas mulheres que têm desejo de aproveitar este tempo de liberdade para outros fins, podem fazê-lo sem perigo, sendo quase impossível espiá-las por causa da grande quantidade de mulheres que nestas ocasiões andam na rua (...) e enquanto os maridos dormem tranquilamente, firmes na convicção de não deverem contrariar a devoção (...) das suas mulheres, há quem diga que então os encontros marcados não ficam esquecidos e que é nestas ocasiões que muitas mulheres se desforram dos tempos de aperto.*»⁷

Outro aspecto do comportamento da mulher em público dizia respeito aos decotes, que Frei Afonso dos Prazeres descreve assim: «*Descobrem as mulheres os peitos com tal imodéstia que, perdido o pejo do seu sexo, parecem feras que andam buscando homens para despedaçar-lhes a alma com a culpa.*»⁸ François de Tours, que visitou Lisboa no século XVII, escreve: «*As mulheres não podem mostrar nem a ponta do pé, e em tal recato os maridos fazem ponto de honra, porém, podem andar um tanto ou quanto despeitoradas*»⁹. Outro cronista francês da mesma época especifica: «*As mulheres portuguesas decotam-se muito, mostrando a espinha e as costelas.*»¹⁰

⁷ *O Portugal de D. João V, visto por três forasteiros*, Lisboa, Lisóptima Edições, 1989, p. 60.

⁸ Ana Hatherly, *Hist. do Quot.*, ob. cit.

⁹ *Portugal nos séculos XVII e XVIII, Quatro Testemunhos*, Lisboa, Lisóptima Edições, 1989, p. 53,

¹⁰ *Ibd.*, p. 63.

Apesar destas manifestações de uma certa independência subversiva, as infidelidades conjugais, reais ou imaginárias, eram reprimidas pelo marido com cevícias várias – como se pode ver por exemplo na impressionante Autobiografia de Margarida de Castelo Branco¹¹ – ou mesmo com a morte, sem que tal implicasse necessariamente um castigo.

Num sermão, pregado em 1723, o Padre Rafael Bluteau declara a esse respeito: «Em Lisboa, por uma folha de papel a que chamam a esse respeito: *«Em Lisboa, por uma folha de papel a que chamam «carta de seguro», o mais cruel homicídio se abafa. Em Lisboa, qualquer sombra de infidelidade no tálamo conjugal afia o punhal do desagravo, e o matar mulheres é ponto de honra.»*¹²

Entre a repressão familiar e as limitações do convento, muitas jovens terão optado pela vida monástica, uma bem melhor opção nalguns casos e em alguns conventos, de entre os quais se destaca o Mosteiro de Odivelas nos arredores de Lisboa, que na primeira metade do século XVIII foi o serralho de D. João V, inveterado *freirático* durante os melhores anos da sua vida, mas que já no século XVII abrigara freiras como D. Ana de Moura e D. Feliciano de Milão, arnásias de D. João VI de cujos ditos audaciosos e despiques galantes restam ainda saborosos vestígios.

Pela descrição que o Padre Manuel Bernardes faz da cela de uma freira do século XVII, fica-se com a ideia de que a vida nalguns conventos, e em alguns casos, nada tinha a ver com a noção de penitência, mortificação e renúncia aos prazeres do mundo. Mas é preciso não generalizarmos, porque nem todos os conventos eram iguais, e as condições de clausura variavam muito em tipo e em grau.

Mesmo assim, vejamos um fragmento da descrição da cela duma freira barroca, que o Padre Manuel Bernardes faz na sua Nova Floresta: *«Ver uma cela de freiras é ver uma casa de estrado de uma noiva. Lâminas, oratórios, cortinas, sanefas, rodapés, tomados a trechos com rosas de maravalhas, banquinhas de damasco franjadas de seda ou de ouro, pias de cristal, guarda-roupas da Holanda, caçoulas, espelhos, craveiros, manjericões ou naturais ou contrafeitos, passarinhos, cachorrinhos de manga (...) jarras, ramalhetes, porcelanas, brinquinhos de sangria, figuras de alabastro ou de gesso, frutas*

¹¹ Ed. de João Palma-Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

¹² Ana Hatherly, *Hist. do Quot.*, ob. cit.

escolhidas (...), perfumes, alambiques, todo o género de arames para a fábrica dos doces, almários para os recolher, criadas para o ministério da casa,» etc. etc. É um verdadeiro inventário da profusão barroca.¹³

Os conventos não eram apenas locais apropriados para o desenvolvimento de vocações místicas ou locais de retiro para jovens desherdadas, viúvas ou transviadas: eram também verdadeiros centros de cultura e, nalguns casos, verdadeiros centros de recreio, onde se sucediam as frestas, as representações teatrais, os certames literários e as visitas mais ou menos assíduas de intelectuais e nobres que, por vezes, namoravam abertamente as freiras, com quem trocavam correspondência e de quem recebiam favores, que iam desde doçarias a ofertas de outro tipo, mas que eram duramente pagas.

Esses amantes mais ou menos platónicos, denominados pelos seus detractores de *Basbaques de Cupido*, parece terem sido frequentemente explorados duma maneira incrível. São numerosos os textos que existem focando esse aspecto. Veja-se por exemplo este poema anónimo, dedicado a uma jovem freira acabada de professar, em que são transmitidos conselhos úteis a esse respeito: «*Dou-vos o parabem de professar,/ Menina: agora tendes liberdade./ E visto estar na vossa mocidade,/ Podeis buscar devoto a quem amar./ Olhai as mãos, mas sem o rosto olhar;/ Arrematai-vos sem diversidade/ A quem mais der; porque julgo, em verdade,/ Que quem mais dá, mais se deve estimar./ Não repareis se é torto ou se é direito,/ Oficial, fidalgo ou mercador/ Leigo, frade, estudante, page ou micho;/ Não vos deixeis levar desse capricho,/ Menina: se ele dá, tomai-o a geito,/ Que a honra duma freira é o proveito.*»¹⁴

Os amantes destas freiras licenciosas eram conhecidos pelo nome de *freiráticos* – em Espanha denominados *galanes de monjas* – e, a julgar pelo volume dos testemunhos da sua existência, eram muito numerosos. Os seus escritos, que constituem uma verdadeira mina de informações sobre a vida social portuguesa dentro e fora do convento no período barroco, que Júlio Dantas comenta no seu conhecido livro *O Amor em Portugal no Século XVIII*,¹⁵ constituem um verdadeiro sub-género que começa agora a ser estudado com a seriedade que a sua dimensão

¹³ Vol. V, p. 31.

¹⁴ Citado por Júlio Dantas, p. 307 (v. nota 15).

¹⁵ 2ª ed., Porto, Livraria Chardron, de Lélo & Irmão, 1917.

merece¹⁶. Esses textos em prosa ou em verso, que vão desde o sublime ao pronográfico, escritos tanto por homens como por mulheres, são um retrato vivo duma sociedade, duma época e duma cultura onde se pode verificar, entre outros aspectos importantes, de que modo a uma situação de repressão extrema corresponde necessariamente uma situação de subversão e até de libertinagem.

Os *freiráticos*, como já tive ocasião de apontar num estudo recentemente publicado,¹⁷ representam um fenómeno social e de sensibilidade, em que o culto do excesso – tanto para o bem como para o mal, tanto para o belo como para feio, tanto para o sublime como para o sórdido – era uma característica epocal, para não dizer uma norma. O prazer do jogo, que muito para além do aspecto lúdico, revela um culto do prazer do risco implícito na transgressão, que é o esteio da libertinagem, atinge no caso dos *freiráticos* um cume inultrapassável, porque se a violação da virgindade e a prática do adultério representam a transgressão de um tabú superior, porque sendo elas esposas de Deus, é a própria autoridade (ou propriedade) divina que o transgressor ataca. Daí o prazer sublime de que gozam os *freiráticos*, cobiçando ou fruindo de um fruto duplamente, supremamente proibido.

Mas para nós, o que interessa aqui salientar é o facto de a vida em alguns conventos poder oferecer às mulheres, mesmo às que permaneciam castas e observantes, um local de protecção, sim, mas também um local onde, livres do peso do matrimónio e da maternidade, poderiam desenvolver e aprofundar as suas capacidades intelectuais, como se pode verificar na produção artística e literária inventariada no conhecido dicionário de mulheres ilustres intitulado *Theatro Heroíno*, que Damião de Froes Perim publicou em 1740, e nas muitas obras impressas e manuscritas escritas por religiosas que chegaram até nós.

Enquanto, por um lado, são numerosas as biografias de religiosas exemplares, obras nitidamente encomendadas pelas respectivas Ordens, são também numerosas as auto-biografias de freiras, encomendadas pelos confessores. Neste momento conhecem-se 22 auto-biografias autógrafas dos séculos XVII e XVIII, das quais só foi divulgada na actualidade a de Antónia Margarida de Castelo Branco, auto-biografias

¹⁶ Ver: Graça Almeida Rodrigues, *Literatura e Sociedade na obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*, Lisboa, INCM, 1983, e José Carlos Alfaro, *O Jogo das Cartas*, Lisboa, Quimera, 1994.

¹⁷ Ana Hatherly, «*Amor e Libertinagem no período barroco: os Freiráticos*». In *Hist. de Port.*, ed. João Medina, Lisboa, Ediclube, vol. VII, 1993.

que foram objecto duma dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa em 1992 por uma brilhante eis-aluna minha.¹⁸ Essas auto-biografias diferem bastante entre si no teor dos relatos, mas as mais representativas revelam que vida horripelantemente sofridora e auto-punitiva levaram algumas freiras com tendências místicas.

Destacarei aqui apenas o caso de Rosa Maria de Santa Catarina, que em 1718 terá professado no Convento das Albertas em Évora. A sua auto-biografia, que não está assinada nem datada, mas que se supõe corresponder ao primeiro quartel do século XVIII, é um volumoso relato de cerca de 250 fólios que eu comecei a transcrever, mas que abandonei ao completar 151 páginas dactilografadas por não conseguir vencer o sofrimento e até uma certa repugnância que as peripécias relatadas me inspiraram.

Esta Auto-biografia, em que é contada toda a vida dessa freira desde a mais tenra infância, está cheia de pormenores sangrentos, relativos às mortificações que se auto-infligia, das horríveis e prolongadas doenças de que sofria, mas também cheia de visões sublimes, êxtases, transportes e colóquios deliciosos com Deus e com espíritos benfazejos, que frequentemente alternam com intervenções do Diabo, figura sempre presente no imaginário barroco, principalmente dos religiosos.

No seu conjunto é um quadro doentio, deprimente e algo degradante para um espírito moderno, mas é certamente o claro reverso da tão propalada libertinagem das religiosas portuguesas da época barroca. Por outro lado, algumas dessas biografias e auto-biografia, apesar dos protestos de incapacidade intelectual, revelam notáveis vocações literárias e se houve, como se tem dito, muitas freiras ignorantes e estúpidas, também as houve muito sábias e inteligentes como provam os escritos, de vária ordem, que nos legaram.

Dentro e fora do convento, as mulheres dos séculos XVII e XVIII, terão beneficiado da ressonância que na Europa teve o movimento das *Précieuses* francesas, que, apesar de terem sido no seu próprio país verberadas, nomeadamente por Molière na sua famosa peça *Les Précieuses Ridicules*, nem por isso deixaram de ter uma influência marcante.

Desde a Renascença, e sobretudo com o aparecimento das Academias, a mulher começara a criar para si um lugar nas letras. Em Portu-

¹⁸ Mafalda Maria Ferin Cunha, «*A Fiel e verdadeyra Relação que dá dos sucessos de sua vida a creatura mais ingrata a seus creator...*»: um género, um texto único, dissertação de mestrado apresentada à FCSH da UNL em 1992.

gal é conhecido o círculo da Infanta D. Maria, que Carolina de Michaelis estudou e que constituiu uma espécie de proto-academia literária.¹⁹

As Academias literárias desempenharam um papel importante na cultura europeia, mas nas Academias portuguesas oficiais a presença das mulheres foi praticamente nula durante o período Barroco. A sua presença é, porém, dominante nos Certames conventuais.

Em Portugal, o eco das *Précieuses* estimulou sem dúvida o aparecimento da mulher intelectual, especificamente da mulher-autora, que passou a despertar a atenção e até o respeito da sociedade dos homens. Os elogios de que foram alvo no século XVII por exemplo, Bernarda Ferreira de Lacerda e Sórora Violante do Céu, são significativos, e mesmo o misógino D. Francisco Manuel de Melo não pôde deixar de lhes reconhecer verdadeiro mérito, citando-as no seu *Hospital das Letras* (apesar de ter declarado: *Deus nos livre de mula que faz him e de mulher que saiba latim...*).

O impacto das *Femmes Savantes* – ou das *Sabichonas*, como se dizia em Portugal – foi de facto enorme e não só no campo literário, pois as Preciosas, além das preocupações com a pureza da língua e da criatividade, lutaram também pelos direitos da mulher, propondo a criação do divórcio, como se pode ver em *La Précieuse*, a novela do Abbé de Pure, publicada em França no século XVII. Na sequência dessa revolucionária proposta, é de considerar que o primeiro divórcio de que há notícia em Portugal ocorreu no século XVII e foi precisamente o de Antónia Margarida de Castelo Branco, que na sua Autobiografia relata todas as peripécias desse acidentado processo.

O êxito do ideário das Preciosas repercutiu-se em toda a Europa e em Portugal pode ver-se a sua projecção, embora oblíqua e não declarada, na produção das três principais escritoras portuguesas do período Barroco – Sórora Violante do Céu (1601 ou 1607-1693), Sórora Maria do Céu (1658-1753) e Sórora Madalena da Glória (1627-1759) – todas elas freiras eruditas singularmente criadoras, e como tal reconhecidas já no seu tempo, tanto por religiosos como por seculares.

Sórora Violante do Céu nasceu em Lisboa em 1607, durante a ocupação filipina. Em 1630 professou na ordem dominicana no Convento da N. S. da Rosa, em Lisboa, onde faleceu em 1693 com 86 anos de idade.

¹⁹ *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, ed. fac., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

Sóror Violante do Céu foi uma intelectual que, como Sor Juana Inés de la Cruz no México, esteve em contacto íntimo com a aristocracia cortesã e literata do seu tempo. Muito elogiada pelos seus contemporâneos, portugueses e espanhóis, escreveu muita poesia e atribui-se-lhe ainda uma peça de teatro que terá escrito para homenagear Felipe II aquando da sua visita a Portugal em 1619. A sua obra poética está reunida em dois volumes: um, intitulado *Rimas Várias*, surgiu em Ruão em 1646; outro, *Parnaso Lusitano de Humanos e Divinos Versos*, foi editado postumamente em 1733. Mas há outras obras suas publicadas dispersamente.

Em 1993, precisamente 300 anos após a morte de Sóror Violante do Céu, publicou-se a 2.^a edição de *Rimas Várias*, numa edição actualizada por Margarida Vieira Mendes, que inclui uma biobibliografia e uma análise das principais características da poesia de Sóror Violante.

A importância da poesia desta autora nunca deixou de ser posta em destaque na história da literatura portuguesa e sempre foi considerada como uma exímia e inspirada autora que soube transmitir, através duma prática poética do mais alto nível, toda uma sensibilidade em que se espelha não só uma vida mas toda uma época.

Outra freira ilustre foi Sóror Maria do Céu, nascida em Lisboa em 1658 e falecida em 1753, com 95 anos. Professou no Real Convento de N. S. da Esperança, em Lisboa, da ordem franciscana, aos 16 anos. É uma das mais importantes autoras da literatura portuguesa de todos os tempos, tendo-nos legado uma vasta bibliografia, muito apreciada no seu tempo e que agora começa a ser redescoberta com entusiasmo.

Nessa tarefa me tenho empenhado já há mais de 10 anos, tendo publicado obras suas em edições actualizadas e orientado teses dos meus alunos. Eu própria fiz a minha tese de doutoramento sobre uma das suas novelas pastoris *a lo divino*, intitulada *A Preciosa*.

Sóror Maria do Céu, foi grande admiradora de Sor Juana Inés de la Cruz, mas não frequentou a corte. Muito reservada, parece nunca ter saído do seu Mosteiro, o que não a impediu de estar a par de tudo o que se passava culturalmente no seu tempo e de trocar extensa correspondência, nomeadamente com a Duquesa de Medinaceli, que inclusive subsidiou a publicação de algumas das suas obras em Espanha.

Contrariamente a Sóror Violante, que parece ter escrito apenas poesia, Sóror Maria do Céu escreveu poesia, prosa e teatro do mais alto nível, de que recentemente publiquei os 5 Autos do seu *Triunfo do Rosário*, mas há mais 4 que aguardam edição.

Sóror Maria do Céu, uma freira simultaneamente erudita e contemplativa, legou-nos uma obra muito extensa e muito variada, e se bem que toda ela seja de carácter didáctico, nunca é pesadamente catequizante: é uma obra de cunho espiritual, mas uma obra em que a inspiração e o nível artístico se impõem de tal modo que esquecemos a lição para nos deleitarmos com a sua arte. Aliás, em parte, foi mesmo isso o que ela pretendeu, pois toda a sua obra ilustra o princípio do prodesse et *dilectare*.

Finalmente, chegamos a Sóror Madalena da Glória, nascida em Lisboa em 1672 e falecida em 1795. Professou no Mosteiro da Esperança onde foi discípula de Sóror Maria do Céu que, além de escritora, foi Mestra de Noviças e por duas vezes Abadessa desse Convento.

Como Sóror Maria do Céu, Sóror Madalena da Glória deixou uma notável obra literária, em prosa e em verso, em português e em castelhano, igualmente moldada pelo espírito do *ensinar recreando*. Foi também admiradora de Sor Juana Inés de la Cruz e escreveu mesmo uma glosa a um famoso soneto de Sor Juana, que eu estudei e publiquei²⁰.

Para concluir: estas 3 mulheres escritoras, cuja vida cobre o século e meio que durou em Portugal o período barroco, são o expoente duma cultura, duma sensibilidade e duma maneira de estar no mundo verdadeiramente representativas do melhor de uma época. Como mulheres-escritoras, pelo volume e elevado nível das suas obras, e sobretudo pela aceitação que tiveram no seu tempo, ilustram como a sociedade de então respeitava, apesar de tudo, algumas representantes do sexo feminino que, no entanto, sentiram a necessidade de assinarem as suas obras com pseudónimos – no caso de Sóror Maria do Céu e Sóror Madalena da Glória.

Na verdade, e por mais surpreendente que hoje isso nos pareça, o êxito das suas obras e a admiração que suscitaram junto de religiosos e seculares, ter-se-á devido, em grande parte, ao facto de serem freiras, uma vez que essa sua condição as resguardava das contrariedades do mundo e do peso da família e suas responsabilidades.

Libertas da autoridade masculina sobre o seu corpo, essas mulheres criadoras puderam entregar-se à expressão da sua sensibilidade, acabando por criar uma autonomia que lhes conferiu um lugar único na sociedade do seu tempo e na história da cultura de todos os tempos.

²⁰ Ana Hatherly, «Três Esboços para um Retrato», in *Cadernos de Literatura da Universidade de Coimbra*, Nº 22, 1985, pp. 57-71.

Identidade, Tradição e Memória

O modo como tomaram a palavra nos seus escritos, mesmo que o não tivessem pretendido, individualizou-as, libertando-as das limitações impostas ao seu sexo. Ultrapassando a sua própria condição tornaram-se figuras exemplares a vários títulos, num tempo em que à mulher portuguesa era largamente contestado o direito à afirmação pessoal.